

Reditus, SGPS, S. A.

Relatório do Conselho de Administração Exercício de 2011

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os nossos Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus, SGPS, S. A., relativos ao exercício de 2011.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

NACIONAL

O início de 2011 trouxe alterações significativas ao cenário económico nacional, nomeadamente devido ao agravamento do défice (8,6%), ao crescimento da dívida do setor público e às dificuldades de financiamento da economia.

A realização de eleições antecipadas no meio do ano e a eleição de um novo governo, levaram à assinatura do Memorandum com o Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, em resultado do pedido de auxílio do governo português. A nova estratégia seguida pelo atual governo português agravou a evolução da economia no território nacional, com impacto significativo nos diferentes indicadores macroeconómicos que, segundo as previsões do Banco de Portugal deverão ser negativos, com a economia a registar uma quebra de 1,9% em 2011 e o investimento uma redução substancial de -11,4 pontos percentuais.

Por outro lado, as condições económicas adversas, que se fizeram sentir na economia nacional no decorrer deste período, tiveram um impacto negativo no mercado de trabalho que foi significativamente afectado pela crise económica, tendo a taxa de desemprego atingido valores historicamente elevados acima dos 13%.

De acordo com o governo, a tendência registada na atividade económica em 2011 manter-se-á no próximo ano. As previsões macroeconómicas incluídas no Orçamento de Estado para 2012, referem que a economia nacional sofrerá no próximo ano uma quebra acentuada de 2,8 pontos percentuais, devendo esta tendência manter-se em 2013. Exceção a esta tendência deverão ser as exportações, que deverão manter um comportamento positivo no decorrer do próximo ano.

INTERNACIONAL

Ultrapassada a crise financeira internacional, a recuperação das economias europeias avançou a diferentes ritmos. Enquanto algumas destas economias registaram taxas de crescimento anémicas, em particular devido aos elevados níveis de endividamento, dificuldades de financiamento e perda de competitividades, outras economias, como a Alemanha e a Suécia em que os desequilíbrios eram inexistentes, aproveitaram as suas vantagens competitivas e lideraram a retoma económica europeia em 2010. Esta dicotomia começou a desvanecer-se no primeiro trimestre deste ano. Enquanto países como a Suécia, a Suíça e outras economias do Norte da Europa, lideradas pela Alemanha, mantiveram o ritmo de crescimento, outras economias

Espanha, Itália, Reino Unido - registaram taxas de crescimento mais baixas. Os mais recentes indicadores macroeconómicos evidenciam uma desaceleração da economia europeia, agravada com o alastrar da crise do Euro nas economias periféricas.

2. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A Reditus é uma das mais antigas empresas portuguesas de tecnologias de informação, destacando-se como a terceira maior empresa portuguesa de Outsourcing de TI, de acordo com o IDC, com uma oferta focada nas áreas de Consultoria, Tecnologias de Informação e Serviços.

A sua estrutura envolve atualmente mais de 2.600 profissionais com reconhecido know-how e que no total detêm uma das mais elevadas taxas de certificações técnicas das empresas do setor. O Grupo gerou em 2011 receitas anuais superiores a 110 M€, das quais cerca de um terço a nível internacional.

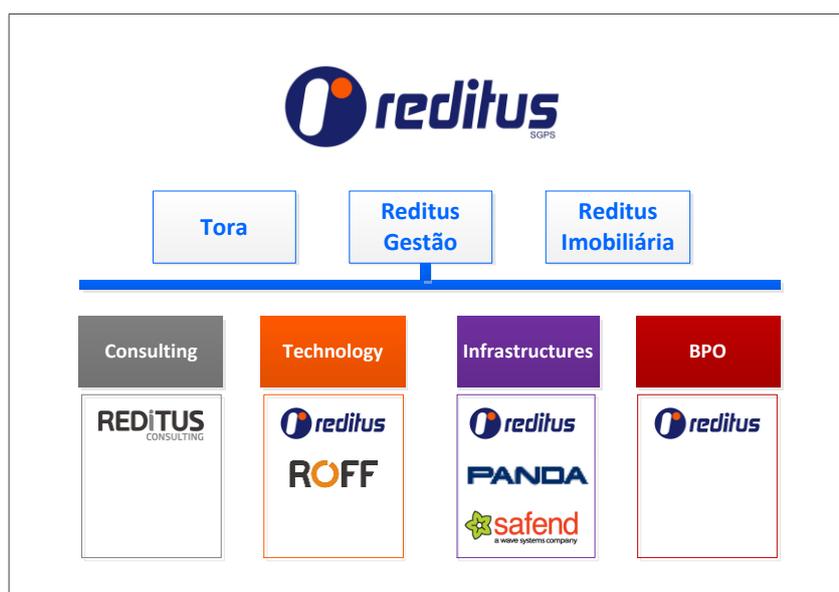
A estratégia de crescimento da Reditus tem sido suportada em três áreas de negócio – IT Consulting, IT Outsourcing e BPO – e três vetores principais:

- Crescimento da rentabilidade e sustentabilidade da operação;
- Aquisição de empresas em áreas estratégicas para a sua operação;
- Internacionalização.

Fruto do desenvolvimento da sua atividade, a Reditus tem aumentado a sua presença em Portugal e no estrangeiro. Com uma forte presença em Portugal e com sede em Lisboa, a Reditus tem mais de 13 Centros de Serviços, que se estendem por Lisboa, Porto, Benavente, Castelo Branco, Covilhã, Seia e Évora. Em 2011 a Reditus consolidou a sua presença em mais 4 países - Angola, França, Marrocos e Suécia – e definiu um novo modelo organizacional suportado por uma estratégia de Go to Market a implementar em 2012 e que tem por base uma abordagem especializada em setores de negócio, entrada em novos mercados geográficos e redefinição das várias marcas do Grupo.

A Reditus desenvolveu uma estrutura que combina uma intervenção vertical por setor de atividade, com uma capacidade de execução nos seguintes mercados: Public & Health; Telecom, Media & Utilities; Financial Services; e Consumer, Manufacturing, Retail, Distribution & Transportation. Transversalmente atua nas áreas de Business Consulting & Transformation, Technology, Infrastructures e BPO, o que lhe permite uma gestão integrada do portefólio de serviços e soluções, cobrindo todo o ciclo de conceptualização e desenho até à implementação e operação.

Organigrama



2.1. IT Consulting

A área de IT Consulting integra as áreas de Consultoria de Negócios e Transformação, Desenvolvimento e Consultoria SAP e Desenvolvimento, Integração e Gestão de Aplicações. O balanço da atividade da área de IT Consulting em 2011, é bastante positivo, com todas atividades a registarem evoluções positivas, representando no total 55% do volume de negócios da Reditus.

O ano de 2011, marcou o início da consolidação da atividade de Business Consulting do Grupo Reditus, que não obstante ter sentido a pressão das reduções nos preços e na procura de serviços, conseguiu contrabalançar esta dificuldade de mercado com a entrada em várias novas contas. Entre os vários desafios desta área de atividade é de destacar:

- Alargamento da prática de consultoria e constituição de uma oferta diferenciadora, com valor competitivo;
- Integração das diversas realidades e práticas que convergem na alçada operacional da Consulting;
- Desenvolvimento da atividade em território internacional, nomeadamente, entre outros Países, Norte de África e Suíça, a valer já mais de 20% do seu volume de negócios.

Na área de Consultoria e implementação SAP, a Reditus cresceu em volume de negócios, não só no mercado internacional, onde reforçou fortemente a sua posição, como no mercado doméstico, continuando a ganhar espaço como a maior empresa de consultoria SAP em Portugal e maior parceiro nacional da multinacional alemã. A expansão internacional ficou marcada pela abertura de novas filiais em Estocolmo e Casablanca para endereçar, respetivamente, os mercados do norte da Europa e norte de África, mas também pela conquista de novos clientes de grande dimensão no mercado angolano. A percentagem da faturação realizada fora de Portugal continua a crescer, cifrando-se em 2011 nos 57%, enquanto o número de colaboradores aumentou em mais de 100 recursos, em contraciclo com a economia nacional. A entrada em grandes clientes em Portugal, EDP e Galp e o reforço dos projetos Sonae, Sonaecom e Sumol+Compal, marcaram também mais um ano de forte crescimento do negócio e reconhecimento em todas as frentes.

Para a área de Desenvolvimento, Integração e Gestão de Aplicações o ano de 2011 ficou marcado como o ano de consolidação da sua atividade, o que está refletido na criação de um backlog significativo de projetos para 2012 e alguns plurianuais, bem como nas abordagens conjuntas com as restantes áreas de atividade do Grupo, nomeadamente consultoria, Infraestruturas e BPO, esta última com quem desenvolveu o seu primeiro projeto em solo angolano. De realçar igualmente a aposta em novos parceiros de negócio, nomeadamente a Qlikview, de quem obteve o reconhecimento como principal parceiro em Portugal e um dos mais relevantes na Ibéria.

2.2. Business Process Outsourcing (BPO)

O ano de 2011 foi um ano de pouco crescimento do mercado de BPO em Portugal, marcado por alguma instabilidade em players reconhecidos no mercado o que gerou oportunidades de negócio. A Reditus soube aproveitar estas oportunidades e marcar um ritmo de forte crescimento na área do BPO, com a equipa a crescer cerca de 800 colaboradores. Para este crescimento contribuiu a obtenção de projetos de referência.

A área de BPO passou a assumir um peso maior na estrutura de negócios da Reditus, sendo, no final de 2011, o que representa um crescimento de quase para o dobro relativamente a 2010.

Apesar do crescimento da Reditus, o mercado de BPO não foge à regra dos diversos setores de atividade apresentando níveis de competitividade mais elevados entre os diversos players, com a componente da procura a focar essencialmente no fator preço.

Para a obtenção desta performance de assinalar igualmente a renovação de vários contratos, em empresas dos setores Financeiros e Telecomunicações, o que permitiu manter a base instalada, bem como a obtenção de novos projetos nesses mesmos clientes, como são exemplos os projetos “1210” da Vodafone que obrigou ao aumento da equipa de Castelo Branco e a “Recuperação de Relações de Desconto” da Caixa Geral de Depósitos.

2.3 IT Outsourcing

A área de IT Outsourcing é composta pelas competências de Infraestruras de TI e representação de produtos de segurança da Panda e da Safend. A sua atividade representa 24% do volume de Negócios da Reditus.

O ano de 2011 pautou-se por uma retração significativa no investimento das empresas em infraestruturas de TI. As políticas de contenção de custos adotadas pela generalidade das organizações conduziram ao adiamento de investimentos em renovação tecnológica. Por outro lado, assistiu-se a uma maior procura de soluções com impacto direto, na redução de custos operacionais de gestão de TI, nomeadamente soluções de virtualização de postos de trabalho e de gestão de armazenamento e arquivo de dados.

O outsourcing de funções de gestão de TI e o de suporte a utilizadores, também sofreu uma evolução positiva, acompanhando a tendência crescente das empresas em concentrarem os recursos no seu core business, contratando serviços de suporte ao negócio a empresas especializadas e recolhendo desta forma benefícios financeiros e de qualidade de serviço.

Na área de representação de produtos de segurança, a conjuntura económica atual favorece tendencialmente um aumento do número de tentativas de fraude online, o que só por si representou um crescimento de oportunidades de negócio. No entanto, o fator preço passou a ser muito mais relevante na tomada de decisão, o que levou à necessidade de centrarmos a oferta em valor adicional e na comunicação expressa dos benefícios proporcionados aos clientes.

Ainda no contexto empresarial, a planeada transição das tecnologias de gestão local para a tecnologia cloud foi muito bem aceite, pelas poupanças a curto e médio prazo que estão associadas, assim como pela maior facilidade de gestão e pelos ganhos em produtividade.

3. PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

A Reditus SGPS obteve em 2011 Réditos Operacionais de 1.688.158 Euros, o EBITDA atingiu o valor negativo de 16.707.680 Euros e o Resultado Líquido foi negativo em 16.736.375 Euros.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

A actividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital actualmente participa, directa e indirectamente, reflectindo nessa acção as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo o exercício de 2011 encerrado com um resultado líquido negativo de 16.736.375 Euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade. Mais declaram que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

7. AGRADECIMENTOS

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objectivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Fiscal Único, dos Bancos e dos outros parceiros de negócios.

Alfragide, 7de Abril de 2012

O Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral – Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato – Vice- Presidente

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Administrador, membro da Comissão Executiva, CFO

Eng. António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes – Administrador

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos - Administrador

Eng. Carlos Alberto de Lis Santos Romão - Administrador, Presidente da Comissão Executiva

Eng. Carlos Duarte de Oliveira - Administrador, membro da Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REDITUS - SGPS, SA.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	63.330	115.387
Goodwill	7	0	1.175.576
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	58.906.064	65.824.421
Activos por impostos diferidos	10	3.648.195	1.371.376
Total do activo não corrente		<u>62.617.589</u>	<u>68.486.760</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	11	4.864.088	2.197.260
Estado e outros entes públicos	18	312.791	570.168
Accionistas / sócios	11	15.050.868	7.660.505
Outras contas a receber	11	6.217.353	5.593.303
Diferimentos	12	306.252	528.748
Activos financeiros detidos para negociação	13	68.374	252.187
Activos não correntes detidos para venda	8	-	3.904.046
Caixa e depósitos bancários	11	1.013.727	1.486.861
Total do activo corrente		<u>27.833.453</u>	<u>22.193.078</u>
Total do activo		<u>90.451.043</u>	<u>90.679.838</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	73.193.455	51.557.265
Acções (quotas) próprias	14	(1.180.733)	(1.156.757)
Prémios de emissão	14	9.952.762	11.146.578
Reservas legais	14	2.070.034	2.024.635
Outras reservas	14	1.522.269	1.522.269
Resultados transitados		874.200	11.615
Ajustamentos em activos financeiros		(23.188.135)	(23.439.454)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Outras variações no capital próprio		-	-
		<u>63.249.791</u>	<u>41.672.090</u>
Resultado líquido do período		(16.736.375)	907.984
Total do capital próprio		<u>46.513.416</u>	<u>42.580.073</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	1.882.400	1.538.130
Financiamentos obtidos	16	21.300.000	1.938.889
Outras contas a pagar	17	-	640.640
Total do passivo não corrente		<u>23.182.400</u>	<u>4.117.659</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	16	3.259.265	1.409.548
Estado e outros entes públicos	18	1.283.656	672.419
Financiamentos obtidos	16	15.221.950	41.050.548
Outras contas a pagar	17	990.356	743.961
Passivos não correntes detidos para venda	8	-	105.630
Total do passivo corrente		<u>20.755.226</u>	<u>43.982.105</u>
Total do passivo		<u>43.937.627</u>	<u>48.099.764</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>90.451.043</u>	<u>90.679.838</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	19	1.688.158	1.466.940
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(10.407.616)	3.648.249
Fornecimentos e serviços externos	20	(3.056.472)	(6.107.166)
Gastos com o pessoal	21	(886.665)	(965.862)
Provisões (aumentos / reduções)	15	(624.465)	
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	3
Aumentos / reduções de justo valor	19	0	8.233
Outros rendimentos e ganhos	23	238.715	2.958.809
Outros gastos e perdas	24	(3.659.336)	(746.786)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(16.707.680)	262.420
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	22	(57.905)	(66.990)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(16.765.586)	195.430
Juros e rendimentos similares obtidos	19	341.748	1.219.818
Juros e gastos similares suportados	25	(2.139.850)	(928.548)
Resultado antes de impostos		(18.563.688)	486.700
Imposto sobre o rendimento do período	10	1.827.313	421.284
Resultado líquido do período		(16.736.375)	907.984
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por acção básico		(1.842)	0,104

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2010	2	44.630.250	(1.135.357)	-	8.507.386	2.024.635	1.522.269	376.906	(15.410.350)	5.939	-	(365.291)	40.156.387
Alterações no período:													
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício								(365.291)				365.291	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas									(7.240.715)				(7.240.715)
Variação nos excedentes de revalorização Reditus Imobiliária									(788.389)				(788.389)
		44.630.250	(1.135.357)	-	8.507.386	2.024.635	1.522.269	11.615	(23.439.454)	5.939	-	-	32.127.283
Resultado líquido do período												907.984	907.984
Resultado integral												907.984	33.035.267
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital		6.927.015			2.639.192								9.566.207
Outras operações			(21.400)										(21.400)
		6.927.015	(21.400)	-	2.639.192	-	-	-	-	-	-	-	9.544.807
Posição no fim do período 2010		51.557.265	(1.156.757)	-	11.146.578	2.024.635	1.522.269	11.615	(23.439.454)	6.939	-	907.984	42.580.074

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2011	14	51.557.265	(1.156.757)	11.146.578	2.024.635	1.522.269	11.615	(23.439.454)	5.939	907.984	42.580.074
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício					45.399		862.585			(907.984)	0
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											-
Variação nos excedentes de revalorização Reditus Imobiliária											-
		<u>51.557.265</u>	<u>(1.156.757)</u>	<u>11.146.578</u>	<u>2.070.034</u>	<u>1.522.269</u>	<u>874.200</u>	<u>(23.439.454)</u>	<u>5.939</u>	<u>-</u>	<u>42.580.074</u>
Resultado líquido do período										(16.736.375)	(16.736.375)
Resultado integral										<u>(16.736.375)</u>	<u>25.843.699</u>
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital		21.636.190		(1.193.816)				251.318			20.442.374
Outras operações			(23.976)					251.318			227.342
		<u>21.636.190</u>	<u>(23.976)</u>	<u>(1.193.816)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.318</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.669.716</u>
Posição no fim do período 2011		<u>73.193.455</u>	<u>(1.180.733)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.070.034</u>	<u>1.522.269</u>	<u>874.200</u>	<u>(23.188.136)</u>	<u>5.939</u>	<u>(16.736.375)</u>	<u>46.513.416</u>

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		934.385	4.368.559
Pagamentos a fornecedores		(2.487.077)	(6.013.853)
Pagamentos ao pessoal		(1.050.262)	(629.795)
Caixa gerada pelas operações		(2.602.954)	(2.275.089)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(234.019)	(300.191)
Outros recebimentos / pagamentos		(680.233)	2.207.056
Fluxos das actividades operacionais [1]	4	(3.517.206)	(368.224)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(8.000)	(3.474)
Activos intangíveis		(3.979)	
Investimentos financeiros		(2.155.000)	(65.298.116)
Outros activos		(11.760.424)	(12.724.198)
		(13.927.403)	(78.025.788)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		8.000	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			52.719.998
Outros activos		3.550.681	
Subsídios ao investimento			461.524
Juros e rendimentos similares		609	
Dívidendos		3.559.290	53.181.522
Fluxos das actividades de investimento [2]	4	(10.368.113)	(24.844.266)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		29.520.438	28.896.328
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		20.500.815	10.171.487
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		50.021.253	39.067.815
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(35.831.294)	(13.385.232)
Juros e gastos similares		(1.500.079)	(810.033)
Dívidendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(23.976)	(21.400)
Outras operações de financiamento		(40.125)	(153.947)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	4	12.625.779	24.697.203
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(1.259.540)	(515.287)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		(568.731)	(53.444)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(1.828.271)	(568.731)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011,

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, foi constituída em 1966 e tem a sua sede social em Lisboa, na Rua Pedro Nunes n.º 11.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29/03/2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2011.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como Goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros e os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas encontram-se registados, ao valor nominal.

3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros activos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

f) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, são geralmente registados ao custo amortizado.

g) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “Outros activos financeiros” ou na rubrica “Outros passivos financeiros”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados, excepto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (acções não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

b) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação.

c) Outros activos e passivos financeiros designados a justo valor por resultados

São ainda incluídos na categoria de “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados” todos os activos e passivos financeiros, independentemente da sua natureza, que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido designados como tal.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Activos Não Correntes Detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;
- d) Determinação do justo valor de activos fixos tangíveis e intangíveis, de propriedades de investimento e de instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.11 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Quando a empresa adquire acções próprias, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos

accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

3.13 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

3.14 Férias, Subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

3.15 Activos e Passivos contingentes

“Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.”

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2011 detalha-se conforme se segue:

	2011	2010
Numerário	0	270.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.013.727	1.216.861
Aplicações de tesouraria		
	1.013.727	1.486.861
Activos Financeiros pelo justo valor		
Descobertos bancários (Nota 16)	(2.841.998)	(2.055.592)
	(1.828.271)	(568.731)

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2011								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial			14.220	288.191	322.446	12.820		637.677
Aquisições				8.000				8.000
Alienações				-86.031				-86.031
Outras variações								
Saldo final			14.220	210.160	322.446	12.820		559.646
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			8.617	246.814	256.813	10.047		522.291
Depreciações do exercício			2.541	37.405	17.868	92		57.905
Alienações				-83.881				-83.881
Abates								
Outras variações								
Saldo final			11.158	200.338	274.681	10.139		496.316
Activos líquidos			3.062	9.822	47.765	2.681		63.330
2010								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial			8.875	288.191	322.446	12.820		632.332
Aquisições			5.345					5.345
Alienações								
Outras variações								
Saldo final			14.220	288.191	322.446	12.820		637.677
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			7.041	199.989	238.316	9.955		455.301
Depreciações do exercício			1.576	46.825	18.496	92		66.989
Perdas por imparidade do exercício								
Abates								
Outras variações								
Saldo final			8.617	246.814	256.812	10.047		522.290
Activos líquidos			5.603	41.377	65.634	2.773		115.387

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31/12/2010 a Empresa era locatária em contratos de locação financeira relacionados com Equipamento de Transporte e Equipamento Administrativo, os quais terminaram em 2011.

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme se segue:

	2011		2010
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte			41.382
Equipamento administrativo			62.869
Outros activos tangíveis			
			<u>104.250</u>

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31/12/2011 e 31/12/2010 são detalhados conforme se segue:

Locatário	Pagamentos mínimos	
	2011	2010
Até 1 ano		38.871
Entre 1 ano e 5 anos		
A mais de 5 anos		38.871
Efeito financeiro do desconto		
Valor presente dos pagamentos mínimos		<u>38.871</u>

Os gastos ocorridos em 31/12/2011 e 31/12/2010 são detalhados conforme se segue:

	Gasto do período	
	2011	2010
Pagamentos mínimos	285.992	295.341
Acerto de linearização		
	<u>285.992</u>	<u>295.341</u>
Rendas contingentes		
Pagamentos de sublocação		
	<u>285.992</u>	<u>295.341</u>

7 GOODWILL

O Goodwill da Reditus SGPS detalha-se como se segue:

	2011	2010
Tora	0	1.175.576
	0	1.175.576

O goodwill da empresa Tora foi transferido para investimentos financeiros.

8 ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A Reditus SGPS, alienou em Maio de 2011 a totalidade do capital da sua participada, BCCM, Inovação Tecnológica, Lda., pelo valor de 567 mil euros correspondentes à participação financeira e aos saldos em aberto. Em Dezembro de 2011 a totalidade da sua participada Caleo foi alienada no montante de 2.278 mil euros. As participações tinham sido classificadas como activos disponíveis para venda no final de 2010, traduzindo a estratégia da Reditus de crescimento no core business e de desinvestimento de activos não estratégicos.

	2011	2010
Activos		
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	0	1.626.066
Caleo, SA	0	2.277.980
	0	3.904.046
Passivos		
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	-	(105.630)
Caleo, SA		
	-	-105.630

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2011			
	Método da equiv. patrimonial	Justo valor	Custo	Total
Participações financeiras				
Saldo inicial	(14.131.129)		79.955.550	65.824.421
Regularizações - Método da equiv. patrimonial	(9.798.362)			(9.798.362)
Revalorizações de justo valor				-
Alienação de empresas participadas	(912.661)			
Outras variações			2.880.004	2.880.004
Saldo final	(24.842.152)	-	82.835.554	58.906.064
Activos líquidos	(24.842.152)	0	82.835.554	58.906.064

2010

	Método da equiv. patrimonial		Custo	Total
	Justo valor			
Participações financeiras				
Saldo inicial	(67.837.612)		79.955.550	12.117.938
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial	53.706.483			53.706.483
Revalorizações de justo valor				0
Outras variações				0
Saldo final	(14.131.129)	0	79.955.550	65.824.421
Activos líquidos	(14.131.129)	0	79.955.550	65.824.421

Em 31/12/2011 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	2011								
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	11.024.494	9.449.892	4.574.602	648.595	(147.687)	100%	(147.687)	4.574.602
Reditus Gestão	Lisboa	109.904.804	55.573.342	54.331.462	2.177.844	(7.261.373)	100%	(7.261.373)	54.331.462
Tora	Lisboa	6.993.984	6.616.900	(357.935)	1.056.760	(2.998.556)	100%	(2.998.556)	-
								(10.407.616)	58.906.064

	2010								
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	11.075.847	9.143.682	1.932.165	725.086	(357.841)	100%	(357.841)	1.932.165
Reditus Gestão	Lisboa	94.775.391	33.011.629	61.763.762	5.407.388	4.006.090	100%	4.006.090	61.763.762
Tora	Lisboa	9.091.815	6.963.321	2.128.494	3.965.169	965.738	100%		2.128.494
								3.648.249	65.824.421

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31/12/2011.

10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	66.720	56.742
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores		
Perda fiscal ou crédito de imposto de períodos anteriores		
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados		
	<u>66.720</u>	<u>56.742</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(1.894.032)	(478.027)
Alterações na taxa de tributação e lançamento de novos impostos		
Montantes reclassificados de rubricas do capital próprio		
Diminuição/aumento de impostos diferidos em resultado da avaliação da sua realização		
	<u>(1.894.032)</u>	<u>(478.027)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(1.827.313)</u>	<u>(421.285)</u>

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE

	2011	2010
Resultado antes de impostos	<u>(18.563.688)</u>	<u>486.700</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	<u>(4.640.922)</u>	<u>121.675</u>
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	66.720	56.742
Amortizações e Provisões não dedutíveis	6.056	7.965
Multas, coimas, juros compensatórios	3.754	26.122
Correcções relativas ao exercício anterior	45.099	142.604
Outros	88.514	135.669
MEP	2.601.904	(912.062)
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais		

Alteração da taxa de imposto	1.563	
	<u>(1.827.313)</u>	<u>(421.285)</u>
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(1.827.313)</u>	<u>(421.285)</u>

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31/12/2011 e em 31/12/2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	2011		2010	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	1.371.376	0	1.758.869	139.393
Efeito em resultados:				
Prejuízos fiscais reportáveis	2.276.819		(695.964)	
Outros		-	308.471	(139.393)
Saldo final	3.648.195	0	1.371.376	0

11 ACTIVOS FINANCIEROS

Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31/12/2011 e em 31/12/2010 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCIEROS	2011			2010		
	Montante	Perdas por	Montante	Montante	Perdas por	Montante
Disponibilidades:						
Caixa	0		0	270.000		270.000
Depósitos bancários	1.013.727		1.013.727	1.216.861		1.216.861
	1.013.727	0	1.013.727	1.486.861	0	1.486.861

Clientes e outras contas a receber

Em 31/12/2011 e em 31/12/2010 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	4.864.088		4.864.088	2.197.260		2.197.260
Outras contas a receber						
Pessoal	884.013		884.013	265.476		265.476
Deved. Por acrésc. Rendimentos	114.810		114.810	379.786		379.786
Accionistas	17.617.295	(2.566.427)	15.050.868	10.226.932	(2.566.427)	7.660.505
Outros Devedores	5.218.529		5.218.529	4.948.041		4.948.041
	23.834.648	(2.566.427)	21.268.221	15.820.235	(2.566.427)	13.253.808
	28.698.736	(2.566.427)	26.132.310	18.017.495	(2.566.427)	15.451.068

12 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31/12/2011 e em 31/12/2010 as rubricas do activo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Gastos a reconhecer	306.252	528.748
	<u>306.252</u>	<u>528.748</u>

13 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Acções Millenniumbcp	1.529.450	1.511.315
Imparidade	(1.461.076)	(1.259.128)
	<u>68.374</u>	<u>252.187</u>

14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	73.193.455	51.557.265
Ajustamento ao valor de Activos Fin	(23.188.135)	(23.439.454)
Reservas	<u>3.592.304</u>	<u>3.546.904</u>
Acções/quotas próprias	<u>(1.180.733)</u>	<u>(1.156.757)</u>
Prémios / descontos	9.952.762	11.146.578
	<u>62.369.653</u>	<u>41.654.536</u>

Capital social

Em Março de 2011 foi realizado um aumento de capital da Reditus SGPS no montante de 21.636.190 euros. Foram assim subscritas um total de 4.327.238 acções, ao preço de subscrição de 5,00 euros, correspondendo a 61,82% da Oferta Pública de Subscrição, que foi subscrita de forma incompleta.

Após este aumento o Capital Social da Reditus passou a ser de 73.193.455 euros representado por 14.638.691 acções ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2011 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

Ações Próprias

Em 31 de Dezembro de 2011, a Reditus SGPS detinha em carteira 180.727 acções próprias, representativas de 1,235% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31/12/2011 a reserva legal ascendia a 2.070.034,26 euros.

Prémios de emissão

A variação nesta rubrica no montante de 1.193.816€ deve-se ao aumento de capital efectuado em Março de 2011.

15 PROVISÕES

Durante o exercício de 2011 os movimentos das Provisões foram os seguintes:

	2011					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	
Outros devedores cob.duvidosa (nota 11)	104.971					104.971
Empresas do Grupo (nota 11) a)	2.461.456					2.461.456
Outras provisões b)	1.538.130	982.400	-638.130			1.882.400
	<u>4.104.557</u>	<u>982.400</u>	<u>-638.130</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>4.448.827</u>

a) Estes saldos referem-se a empresas inactivas há vários anos;

b) Os aumentos em 2011 devem-se à constituição da provisão decorrente da aplicação do MEP na empresa Tora no valor de 357.935€ e à constituição de uma provisão para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos devedores não recuperáveis no valor de 624.465€.

As reversões são essencialmente decorrentes da alienação da BCCM.

	2010					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	
Outros devedores cob.duvidosa (nota 11)	104.971					104.971
Empresas do Grupo (nota 11) a)	2.461.456					2.461.456
Outras provisões b)	1.504.367	33.763				1.538.130
						0
	<u>4.070.794</u>	<u>33.763</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>4.104.557</u>

16 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31/12/2011 e em 31/12/2010 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	2.959.062	1.409.548
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	300.203	
	<u>3.259.265</u>	<u>1.409.548</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	1.399.000	21.300.000	17.377.889	1.938.889
	<u>1.399.000</u>	<u>21.300.000</u>	<u>17.377.889</u>	<u>1.938.889</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	2.841.998		2.055.591	
Conta Corrente caucionada			2.500.000	
	<u>2.841.998</u>	<u>0</u>	<u>4.555.591</u>	<u>0</u>
Total instituições financeiras	<u>4.240.998</u>	<u>21.300.000</u>	<u>21.933.480</u>	<u>1.938.889</u>
Outras entidades:				
Empréstimos obrigacionistas				
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Tecnisuporte	81.130		25.000	
Tecnidata SI	4.676.636		13.307.501	
Reditus II	0		118.383	
Redware CS	804.106		784.451	
Redware SI	2.280.080		4.881.733	
Reditus Gestão	3.138.999			
	<u>10.980.952</u>	<u>0</u>	<u>19.117.068</u>	<u>0</u>
Total outras entidades	<u>10.980.952</u>	<u>0</u>	<u>19.117.068</u>	<u>0</u>
	<u>15.221.950</u>	<u>21.300.000</u>	<u>41.050.548</u>	<u>1.938.889</u>

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de Dezembro de 2011 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 21.300.000 €, tem como garantia o penhor de 433.311 ações do Millenniumbcp;

- Conta corrente grupada envolvendo várias empresas do Grupo, banco BES, valor em dívida 1.000.000 € que possuem cláusulas que permitem ao banco solicitar o reembolso antecipado nas seguintes situações:

- Se o acionista Miguel Pais do Amaral passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 23,4%;
- Se o acionista José António Gatta passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 14,40%;
- Se o acionista Frederico Moreira Rato passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 14,40%;
- Se o acionista António Maria de Mello passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 9,0%.

A parcela classificada como não corrente em 2011 e em 2010 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2011	2010
	Capital	Capital
2012		1.938.889
2013	1.065.000	
2014	4.260.000	
2015	4.260.000	
2016	4.260.000	
2017	4.260.000	
2018	3.195.000	
	<u>21.300.000</u>	<u>1.938.889</u>

17 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 2011 e em 2010 as rubricas “Adiantamentos de clientes”, “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Outras contas a pagar		
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	0	38.871
Credores por subscrições não liberadas	0	601.769
Estado e outros entes públicos		
	<u>0</u>	<u>640.640</u>
Corrente		
Fornecedores de investimentos	0	0
Credores por acréscimos de gastos	451.836	675.010
Outros credores	538.520	68.951
	<u>990.356</u>	<u>743.961</u>
	<u>990.356</u>	<u>1.384.601</u>

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31/12/2011 e em 31/12/2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não corrente				
Contribuições para a Segurança Social - prestacional				36.251
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>36.251</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	170.788		105.000	
Estimativa de imposto	801	1.187.683		620.131
Retenção na Fonte		42.278		21.434
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares				
Imposto sobre o valor acrescentado	141.202		465.168	
Contribuições para a Segurança Social		32.790		
Prestacional		7.428		7.428
Outros		0		16.530
Outros Impostos		13.478		6.896
	<u>312.791</u>	<u>1.283.656</u>	<u>570.168</u>	<u>672.419</u>

19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Prestação de serviços	1.688.158	1.466.940
Aumentos / reduções de justo valor	0	8.233
Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)	238.715	2.958.809
Juros obtidos (Nota 25)	341.748	1.219.818
	<u>2.268.622</u>	<u>5.653.800</u>

As prestações de serviços dizem respeito a débitos de custos de estrutura às restantes empresas do grupo.

20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	2.126.125	4.897.595
Honorários	0	7.989
Deslocações, estadas e transportes	80.208	428.179
Rendas e alugueres	285.992	295.341
Água, electricidade e combustíveis	69.969	48.773
Comunicação	55.583	59.601
Publicidade e propaganda	9.176	23.481
Seguros	72.461	79.139
Serviços Bancários	280.907	112.113
Outros	76.050	154.954
	<u>3.056.472</u>	<u>6.107.166</u>

21 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	511.924	634.677
Remunerações do pessoal	258.366	158.740
Encargos sobre remunerações	106.914	126.939
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	6.128	3.633
Outros	3.333	41.873
	<u>886.665</u>	<u>965.862</u>

22 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	57.905	66.990
	<u>57.905</u>	<u>66.990</u>

23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares	232.114	2.897.238
Outros	6.601	61.571
	<u>238.715</u>	<u>2.958.809</u>

24 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	5.568	19.695
Correcções de exercicios anteriores	130.412	463.764
Alienação de activos não correntes detidos para venda	3.232.909	0
Gastos e perdas nos restantes Investimentos financeiros	201.948	120.027
Outros	88.498	143.300
	<u>3.659.336</u>	<u>746.786</u>

25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	1.562.061		303.231	
Locações financeiras	1.067			
Empréstimos obrigacionistas				
Mora e compensatórios	45.230		93.309	
Outros financiamentos	<u>298.009</u>	1.906.366	<u>468.444</u>	864.983
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Ajustamentos aplicações financeiras				-
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos				
Outros gastos de financiamento	233.484	<u>233.484</u>	63.565	<u>63.565</u>
		<u>2.139.850</u>		<u>928.548</u>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	12.343		13.264	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos				
Outros	<u>329.405</u>	341.748	<u>1.206.554</u>	1.219.818
Dividendos obtidos				
Outras entidades		-		-
Outros rendimentos similares		-		-
		<u>341.748</u>		<u>1.219.818</u>

26 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

2011:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			1.306.940	836.409			1.975.216	329.405
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão								
Outras partes relacionadas			<u>749.311</u>				<u>4.547</u>	
			<u>2.056.250</u>	<u>836.409</u>			<u>1.979.763</u>	<u>329.405</u>

2010:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			1.423.217	462.705			4.286.313	1.206.554
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão								
Outras partes relacionadas			<u>5.692</u>					
			<u>1.428.909</u>	<u>462.705</u>			<u>4.286.313</u>	<u>1.206.554</u>

Em 31/12/2011 e 31/12/2010 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2011:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	4.851.481			4.851.481	2.161.689		2.161.689
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão	4.547			4.547	156.365		156.365
Outras partes relacionadas	4.856.028			4.856.028	2.318.055		2.318.055

2010:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	2.197.260			2.197.260	256.654		256.654
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas	2.197.260			2.197.260	256.654		256.654

Em 31/12/2011 e 31/12/2010 a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos de e concedidos a partes relacionadas:

2011:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias	15.155.840		15.155.840	10.980.952		10.980.952
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas	15.155.840		15.155.840	10.980.952		10.980.952

2010:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias		19.117.068	19.117.068		7.660.505	7.660.505
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas		19.117.068	19.117.068		7.660.505	7.660.505

27 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados no exercício findo em 31/12/11 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 50.000 Euros para a empresa Reditus SGPS e contas consolidadas.

Garantias

À data de 31/12/2011, os compromissos financeiros da empresa que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias são como se segue:

Valor (Euros)	À ordem de	Origem
3.699.871	DGCI	Garantia de pagamento de processos executivos

Dívidas em Mora

A Administração informa que a Empresa apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro como se segue:

	2011
IGFSS	39.237
Direcção Geral dos Impostos	41.477
	<u>80.714</u>

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e à alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, Direcção Geral da Autoridade Tributária têm em vigor na presente data, um acordo de pagamento prestacional.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código as Sociedades Comerciais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Relatório de Fiscalização



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 90 451 043 euros e um total de capital próprio de 46 513 416 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16 736 375 euros), a Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com o sistema de normalização contabilística e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade da Empresa, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o sistema de normalização contabilística e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de abril de 2012



José Martinho Soares Barroso, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2011, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, dando cumprimento aos seus deveres de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou o sistema de gestão de riscos, o desenvolvimento das ações de auditoria interna e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de auditoria interna, de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal acompanhou, igualmente, a atividade do Revisor Oficial de Contas, fiscalizando os trabalhos efetuados e as suas conclusões, no sentido de salvaguardar a sua independência e de avaliar o seu desempenho.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais incluem as demonstrações da posição financeira consolidada, a demonstração consolidada dos resultados, as demonstrações dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Adicionalmente, analisou e concordou com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2011.

Alfragide, 30 de Abril de 2012

O Conselho Fiscal

Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira – Presidente

Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis – Vogal

Dr. José Maria Franco O'Neill – Vogal